



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

COM/DECOM
propositura: PL
011/2019
nº 06
matéria: 8
CÂMARA
ISO 9001

GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 011/2019

AUTORIA: Vereador Fred Mota

EMENTA: "DISPÕE sobre a obrigação de disponibilização de banheiros químicos acessíveis em eventos e shows que forem utilizados este tipo de banheiro.

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 011/2019, de autoria do Vereador Fred Mota, que dispõe sobre a obrigação de disponibilização de banheiros químicos acessíveis em eventos e shows que forem utilizados este tipo de banheiro

A propositura foi encaminhada à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Manaus, que apresentou parecer favorável ao prosseguimento da matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente propositura, em sua justificativa, visa aumentar a acessibilidade em eventos, shows e assemelhados, a banheiros químicos por pessoas que tenham algum tipo de deficiência.

A presente propositura não apresenta impedimento constitucional ou legal para o seu prosseguimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: *PL*

Nº *033/2019*

Fls. nº *07*

Assinatura *[assinatura]*



É importante salientar, um dos princípios mais importantes do direito é o princípio da igualdade, que busca garantir a igualdade de todas as pessoas perante a lei.

Embora na prática a sociedade esteja repleta de desigualdade e discriminação entre as pessoas, esse princípio demonstra a obrigação de que a lei se esforce para manter todos em condições de igualdade. Todos devem ser protegidos pela legislação, inclusive os que apresentam necessidades diferentes.

O princípio da igualdade, também denominado princípio da isonomia, é um princípio que baseia e rege toda e qualquer sociedade democrática. É a idéia de que todas as pessoas merecem ser tratadas de forma igual, na medida do possível e do legal.

No Brasil, a Constituição Federal, instituída em 1988, previu o princípio da igualdade de forma expressa em seu art. 5º:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;"

A Carta Federal vigente consagrou os Municípios como entes da Federação, dotando-lhes de capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com a supremacia do interesse local.

A presente proposição versa sobre matéria relacionada ao interesse local. Conforme preconiza o artigo 30, inciso I da Constituição Federal é de competência do município legislar sobre assunto de interesse local, dispositivo com entendimento idêntico ao artigo 8º, inciso I da Lei Orgânica do Município de Manaus, senão, veja-se:

Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 055/2019

Fls. nº 08

Assinatura [assinatura]



Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Com isso, compete aos municípios legislar sobre assunto de predominante interesse local, respeitando sempre os princípios e normas da Constituição Federal e das Leis do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

III - VOTO

Ex positis, o voto é FAVORÁVEL pelo prosseguimento da matéria.

É o parecer. S.M.J.

DIRETORIA LEGISLATIVA	
Votação no Plenário	
Em:	<u>13 / 05 / 2019</u>
Situação:	<u>VAI À 3ª Comissão</u>
Responsável:	<u>[assinatura]</u>

Manaus, 22 de Abril de 2019.

MARCEL ALEXANDRE

Vereador PHS - Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: favorável
por: totalidade
dos: presentes
em: 08 / 05 / 2019
Obs: